

Resenha

Fausto Saretta

Professor do Depto. de Economia da Faculdade
de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara

FIORI, José Luis. *O Voo da Coruja: Uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, 1996.

Nestes tempos de convicções tão avassaladoramente liberais, tratar do Estado e, mais ainda, do Estado brasileiro, pareceria um exercício em torno de assunto superado, uma vez que a voz geral não se cansa de propagar a sua falência. Há atualmente quase que um unísono propagando e defendendo a urgência de reformas que, resumidamente, podem ser entendidas como a diminuição da presença estatal na economia para que o Brasil possa se ajustar aos novos tempos.

Esta forma simplista de tratar a importante questão da reforma do Estado brasileiro, sem dúvida, obscurece aspectos cruciais associados à questão. A crítica ao Estado, geralmente fundada e referenciada pelo seu “tamanho” excessivo, pelo alto grau de ingerência na economia - entre outros aspectos mais evidentes - deixa de considerar pontos fundamentais para o adequado balizamento da discussão. Uma análise mais superficial evidencia, por exemplo, que o debate atual levado a efeito no Brasil considera a chamada ineficiência da ação estatal e, portanto, a necessidade de sua reforma/diminuição, a partir dos mesmos supostos que pregam igual binômio para países com uma trajetória muito diferente da brasileira, nos quais a intervenção estatal teve caráter e natureza diversos do nosso caso.

Se a agenda nacional da discussão sobre o Estado segue a tendência mundial, a descon sideração dos aspectos peculiares do padrão da intervenção estatal no Brasil e sua natureza específica apenas vulgariza a chamada atualidade do debate que, já algum tempo, se faz no País. O Estado brasileiro e os aspectos e condicionantes particulares de sua crise não podem ser tomados e analisados da mesma forma com que se consideram, por exemplo, as questões em torno da crise do *Welfare State*. Se

o Estado brasileiro intervencionista, essencial para o sucesso do crescimento e diversificação econômicos, apresenta uma inegável crise, nem por isto ela pode ser considerada igual àquela vivida pelos países com uma trajetória econômica diferente da do caso brasileiro.

Esta diferenciação é um entre tantos outros pontos importantes destacáveis no livro de José Luís Fiori, que permitem, como bem propõe o subtítulo, fazer “uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista”. Escrito originalmente como tese de doutorado, em meados da década de oitenta, mesmo assim apresenta uma atualidade surpreendente. Poder-se-ia mencionar o lado profético, já que há previsões que se revelaram verdadeiras, como a de que haveria um “...*estilbamento do poder do Estado, como ante-sala de um novo surto de internacionalização, a direção mais provável de um futuro ciclo de crescimento econômico no Brasil.*”

Entretanto, a despeito da relevância da previsão, não é isto o mais significativo. A contribuição mais expressiva está no desenvolvimento que o Autor faz do processo de criação e consolidação do **Estado desenvolvimentista** no Brasil para, a partir das suas particularidades, expor as dificuldades e fragilidades deste Estado e a crise na qual - ainda - está imerso. As peculiaridades da criação deste Estado fortemente interventor, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico ao priorizar o crescimento da indústria, expõem, simultaneamente, sua força e fragilidade, aspectos contraditórios e essenciais para o entendimento de sua crise atual.

Fiori se vale da sua sólida formação em ciência política, expressa na familiaridade com que trata e maneja autores fundamentais. Com grande conhecimento histórico, e uma não menor erudição, estabelece as especificidades da constituição do Estado na América Latina, e mais particularmente no Brasil, para entender tanto as razões que o impeliram na articulação do processo de crescimento, quanto as causas de sua crise atual. Para marcar adequadamente o percurso histórico do Estado brasileiro, o Autor se fixa na discussão do conceito de **tempo conjuntural**, um tempo essencialmente político, mas que deve romper com o meramente episódico e ir em busca das raízes estruturais e absorver a idéia dos ciclos econômicos. Há, portanto, que se incorporar aspectos e pontos que foram melhor desenvolvidos pela teoria econômica - como a teoria dos ciclos - para se fazer a devida e, mais do que isto, necessária, junção entre conjuntura e estrutura.

Estabelecidas estas considerações, Fiori parte para o estudo do tipo de sociedade como a brasileira, “...*um tipo específico de sociedade capitalista, onde a industrialização - quando ocorreu - se fez de forma tardia, truncada e internacionalizada; onde o Estado foi obrigado a assumir funções inéditas até hoje não compreendidas de todo; sociedade onde a Nação parece carecer de identidade, a sociedade civil se mostra profundamente*

inorgânica e as instituições políticas são instáveis.” Este tipo de sociedade apresenta uma temporalidade específica que é crucial para o entendimento da ação do Estado e dos seus limites como principal promotor do desenvolvimento e crescimento econômicos.

Escudado na história, Fiori propõe uma periodização buscando demonstrar as formas tomadas e os compromissos assumidos pelo Estado após a I Guerra Mundial até o final dos anos setenta. Para o entendimento adequado das origens, vigência e limites do Estado desenvolvimentista há que se considerar as dimensões políticas e econômicas que envolveram o Estado brasileiro ao longo destas seis décadas. Esta concepção analítica possibilita uma interpretação diferente das consagradas na historiografia política e econômica, pois o Autor considera que a despeito das transformações encetadas no e pelo Estado e das crises vividas ao longo destes sessenta anos manteve-se o pacto oriundo da política dos governadores do início do século, até o final da década de setenta.

Ao longo deste período, as crises que se sucederam reformularam este compromisso, porém sem alterar a sua essência. Nem o vigoroso aumento da população e a acentuada urbanização modificaram o fundamental do compromisso que o Estado encarnava. De fato, a pressão que estas modificações acarretaram impeliu o Estado para o esforço do desenvolvimento, ou seja, impulsionou-o para frente, ao acelerar o ritmo do processo de crescimento industrial. Ora, e isto não é nenhuma novidade, o Estado desempenhou um papel crucial, pois ao deter no seu interior diversos interesses de classe, tinha também de lidar com as pressões advindas do crescimento urbano, que o compeliram ao desenvolvimento como forma de assegurar a sua própria sobrevivência.

Esta é uma constatação importante: a necessidade e a imposição ao Estado da “fuga para a frente”, conciliando no seu interior os variados e heterogêneos interesses capitalistas e as emergentes e crescentes reivindicações sociais. A explicação para o que possibilitou este poder de conciliação, que na verdade foi centralizador e autoritário, foi o poder que teve o Estado de arbitrar sobre o valor interno do dinheiro ou, como aponta o Autor, “*o desatrelamento da moeda nacional de qualquer padrão hegemônico internacional.*” Este é um ponto central para o entendimento do Estado desenvolvimentista, e que, em última instância, significa o poder discricionário de definir a rentabilidade dos variados setores da economia e, portanto, preterir ou impulsionar as várias frações do capital e os respectivos interesses a ele associados.

Nas seis décadas que delimitam o nascimento, o apogeu e a crise deste Estado, não faltam exemplos da história que estabelecem suas características: “... *autoritário como único modo de arbitrar e repor as regras de convivência; e industrializante como*

única forma de lidar com as restrições externas e fazer face à complexidade crescente e irrecusável das demandas internas.” Sem o que o Autor devidamente chama de **estatismo necessário**, torna-se difícil a apreciação correta das razões que fizeram o Estado tão central na vida política e econômica brasileiras, já que, tão forte e tão fraco simultaneamente, age mais rearrumando o velho pacto de dominação do começo da República do que propriamente apostando numa modernização dos arranjos políticos que vicejavam no seu interior.

Merece destaque a interpretação que José Luis Fiori faz do Estado Novo, que teria na verdade significado, a despeito da sua importância para o avanço da industrialização, uma forma de manter o velho pacto de dominação. Este permaneceria com a democratização de 1946 e se adaptaria aos eventos da primeira metade dos anos cinquenta, com o populismo impelindo o velho mecanismo de “fuga para a frente”, a centralização e a industrialização. O aumento dos gastos do Estado sem a adequada modificação da estrutura fiscal e a inflação como mecanismo de transferência de renda entre setores só são possíveis e compreensíveis na vigência do **Estado desenvolvimentista**. O financiamento do grande salto dos anos de Vargas e JK consagrou o célebre tripé do Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro, este último imprescindível para o rápido e bem-sucedido processo de crescimento industrial. Ora, este tripé, por sua vez, exprime a fragilidade do Estado, já que aumentou consideravelmente a heterogeneidade dos interesses corporificados no seu seio. Fiori anota que no que seriam os melhores momentos do Estado desenvolvimentista, ou seja, na segunda metade dos anos de 1950, “... a ideologia conservadora dos anos de vinte e trinta mostrava-se renovada pela entusiástica retradução progressista.” Os novos atores estavam a exigir uma nova reorganização, mas, claramente, sem o rompimento do velho compromisso.

Na primeira metade dos anos sessenta a crise econômica, alinhada aos desdobramentos decorrentes do Plano de Metas e à necessidade de incorporar novos atores no velho pacto, implicou a ampliação dos conflitos internos e, portanto, uma margem de manobra cada vez mais estreita para a manutenção do velho acordo. Para tanto, havia que se recentralizar, o que teve o apoio das Forças Armadas, num quadro de autoritarismo crescente, como único recurso para, mais uma vez, “fugir para a frente”. Em novas bases, incorporando os novos autores e interesses, procedeu-se da mesma velha maneira. Como entender o fiasco das propostas liberais aventadas pelos que tomaram o poder em abril de 1964? Como cotejar adequadamente o limitado escopo das reformas executadas a despeito dos importantes efeitos que tiveram nos anos subseqüentes? Antes de proceder a uma efetiva reforma, houve por bem manter-se praticamente inalteradas as bases do velho pacto, o que, ao mesmo tempo, e crescentemente, revelaria as dificuldades de sua sobrevivência. Essas dificuldades impuseram o AI-5 - centralização e autoritarismo necessários à manutenção do compromisso.

Assim, a cada surto centralizador as pressões descentralizantes suplantariam, via balcanização e aumento da corrupção, os supostos centralizantes que se anunciavam essenciais. Para Fiori, o final da década de setenta e o começo dos anos oitenta assistiram à implosão do Estado desenvolvimentista, velho de mais de sessenta anos. O consagrado expediente de “fuga para a frente” chegara ao seu limite. Anotava em meados da década de oitenta que o Estado estava estilhaçado e, mais do que isto, imobilizado.

De que servem estas observações e a sofisticada análise histórica tão bem conduzida por José Luis Fiori quando tanto se discute em torno da urgência e necessidade da reforma do Estado? No mínimo, para reavivar nossa memória em torno das nossas singularidades e, sem dúvida, para que escapemos do senso comum numa questão tão importante quanto controversa.